

POLÍTICA +

Rosane de Oliveira

rosane.oliveira@zerohora.com.br
@rosaneoliveira

Com Juliano Rodrigues juliano.rodrigues@zerohora.com.br 3218-4387

CONTA CAI DE R\$ 971 MILHÕES PARA R\$ 237 MILHÕES

Uma novela que envolve quase R\$ 1 bilhão em recursos públicos está próxima do epílogo. Trata-se da chamada Parcela Autônoma de Equivalência (PAE) que vem sendo paga aos magistrados a título de isonomia com os deputados federais pelo auxílio-moradia que receberam de 1994 até 1998. Pela fórmula de correção usada pelo Tribunal de Justiça, a conta chegaria a R\$ 971 milhões. O Tribunal de Contas do Estado (TCE) contestou o valor; o TJ refez os cálculos e o débito caiu para R\$ 237 milhões (dados de abril).

Falta agora o pleno do Tribunal de Contas votar o relatório do conselheiro

Marco Peixoto para fazer o recálculo de quanto caberá a cada juiz e desembargador. Pela fórmula anterior, o valor ficava entre R\$ 750 mil e R\$ 1 milhão para cada magistrado. Os pagamentos começaram a ser feitos logo no início da gestão de Leo Lima na presidência.

O presidente do TJ, desembargador José Aquino Flôres de Camargo, quer deixar essa pendência resolvida antes de entregar o cargo ao sucessor.

O direito à PAE foi questionado pelo Ministério Público de Contas, mas o pleno do TCE reconheceu a legitimidade do pagamento. Auditores do TCE fizeram uma inspeção especial e constataram discrepância entre o

valor apurado pelo TJ e o que seria devido. Pelos cálculos dos auditores, o máximo seria de R\$ 184 milhões.

Como se explica uma diferença tão grande? O TJ usou como índice de correção o IGPM mais juro de 1% ao mês. O TCE entendeu que o indexador deveria ser o mesmo usado pela Justiça Federal. À época, era a Taxa de Referência (TR), mas, posteriormente, o Supremo Tribunal Federal determinou que se usasse o INPC ou o IPCA (dependendo do caso).

Presidente do Conselho de Comunicação Social do TJ, o desembargador Túlio Martins diz que Aquino vai acatar o que o TCE decidir. O pagamento vem sendo feito de acordo

com a disponibilidade de orçamento. No mês passado, os magistrados receberam cerca de R\$ 6 mil (o total varia de acordo com o que cada um tem a receber). Não há como saber qual é o valor atualizado do saldo devedor, porque o cálculo é individual e corrigido todos os meses. Túlio Martins garante que a maioria absoluta dos magistrados ainda não recebeu todo o valor a que tem direito, mesmo considerando-se os números do TCE.

Da Camino discorda e pediu medida cautelar para que os pagamentos da PAE sejam suspensos até o julgamento do processo, que ficou mais de um ano parado no gabinete do conselheiro Marco Peixoto.

FRACASSOU A TENTATIVA DE CONVENCER O CONSELHEIRO MARCO PEIXOTO A DESISTIR DA PRESIDÊNCIA DO TCE, POR SER RÉU EM UM PROCESSO QUE TRAMITA NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, ACUSADO DE ESTELIONATO. PEIXOTO ASSUME EM DEZEMBRO NO LUGAR DE CEZAR MIOLA.

NEGOCIAÇÕES
CONGELADAS

Não avançaram as negociações entre o Palácio Piratini e o Tribunal de Justiça para pagar o 13º salário de servidores e magistrados com um empréstimo do Banrisul.

O governo alega que, se repassar os recursos para os demais poderes, não terá como pagar o salário dos servidores do Executivo.

A decisão terá de ser tomada nos próximos 10 dias, porque o empréstimo precisa ser aprovado pela Assembleia Legislativa.

TODOS OS MESES, A SECRETARIA DA FAZENDA VEM USANDO RECURSOS DAS ESTATAIS E DOS OUTROS PODERES, DEPOSITADOS NO CAIXA ÚNICO, PARA PAGAR SALÁRIOS DE SERVIDORES PÚBLICOS. TOMA EMPRESTADO E REPÕE DIAS DEPOIS.

SOB MEDIDA PARA
REFORÇAR O CAIXA

Na busca por recursos para fechar as contas de 2015, o governo estadual protocolou ontem projeto que autoriza as empresas que receberam benefícios do programa Fomentar a antecipar a quitação de débitos, com um generoso desconto.

O projeto foi desenhado sob medida para a General Motors devolver, agora, R\$ 300 milhões que teria de pagar no futuro.

No governo Tarso Genro, a GM já antecipou pagamentos para ajudar o governo a tapar buraco nas contas no final do ano.

ALIÁS

Depois de discutir a política de combate à sonegação fiscal, o deputado Gabriel Souza quer colocar em debate as dívidas que estão em cobrança judicial. O governo reclama que, para cada Vara que cobra os devedores, há 10 cuidando de processos contra o Estado.



Promovido pelo deputado Gabriel Souza (PMDB), o seminário para debater a sonegação fiscal no Rio Grande do Sul teve escassos pontos de consenso. Todos os participantes concordaram com o óbvio – que é preciso combater a sonegação – mas divergiram nos métodos.

– Cada corporação tem a sua visão do que é mais eficaz – constatou Gabriel.

O procurador-geral do Ministério Público de Contas, Geraldo da Camino (à direita na foto, com Gabriel Souza), voltou a reclamar

COMBATE À
SONEGAÇÃO

do que chama de “caixa-preta” da Secretaria da Fazenda. Disse que o governo oculta dados ao Tribunal de Contas, alegando respeito ao sigilo fiscal, mas assinou contrato com o Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade (PGQP) estabelecendo que os consultores e até estagiários que tiverem acesso aos dados secretos terão o compromisso de preservá-los.

– O guardião do sigilo é o Estado, não a Fazenda – argumentou.

Subsecretário da Receita Estadual, Mario Wunderlich defendeu os procedimentos e disse que os dados fornecidos aos técnicos do PGQP são “mascarados”, sem nome e sem o CNPJ das empresas.

Representantes dos auditores fiscais reclamaram da falta de pessoal e defenderam a nomeação dos aprovados no último concurso. O argumento é que cada auditor recupera, por ano, R\$ 60 milhões para os cofres públicos.

EM DEFESA DOS PREMATUROS

Projeto protocolado ontem pela deputada Miriam Marroni (PT) amplia o tempo das licenças maternidade e paternidade para mães e pais de bebês prematuros.

Hoje é celebrado o Dia Mundial da Prematuridade. No Rio Grande do Sul, 12 em cada cem bebês nascem antes das 37 semanas de gravidez. Pelo projeto, o tempo que o bebê permanecer sob cuidados hospitalares será somado à licença-maternidade, que hoje é de 180 dias.

OAB ESCOLHE NOVO COMANDO

Das 9h às 17h de hoje, os mais de 100 mil advogados gaúchos irão às urnas para escolher as diretorias da OAB-RS e das subseções no Interior.

Duas chapas concorrem ao comando da entidade no Estado. A da situação é encabeçada pelo atual secretário-geral, Ricardo Breier. Apenas uma chapa de oposição foi homologada pela Comissão Eleitoral. E a Muda OAB-RS, que tem Paulo Torelly como candidato a presidente.